

CLIPPING IMPRESSO

06/12/2021



INDICE

| | |
|-------------------------------|-------|
| 1. AÇÕES TJMA | |
| 1.1. JORNAL ATOS E FATOS..... | 1 - 3 |
| 2. PRECATÓRIOS | |
| 2.1. JORNAL O IMPARCIAL..... | 4 - 5 |

TJMA obteve
a pontuação
de 91,30% em
ranking nacional
de transparência

PÁGINA 3

RANKING PELO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)

TJMA obteve a pontuação de 91,30% em ranking nacional de transparência

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) subiu quatro posições no Ranking de Transparência no segmento Tribunais Estaduais em 2021 em relação ao ano passado, assumindo a 14ª posição entre os 27 tribunais. O resultado representou uma evolução significativa da Corte estadual nos últimos quatro anos, que

subiu 12 posições de 2018 a 2021, ao obter a pontuação de 91,30%.

O Ranking da Transparência do Poder Judiciário, instituído pela Resolução CNJ nº 260/2018, tem como finalidade conseguir, com dados objetivos, avaliar o grau de informação que os tribunais e conselhos disponibilizam aos cidadãos.

Em 2018, o TJMA ocupava a 26ª posição com uma pontuação de 44,08%. Em 2019, assumiu a 17ª colocação (72,79%) e em 2020, a 18ª posição (82,59%).

Coordenado pela Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas do CNJ, o Ranking é divulgado anualmente pelo CNJ, como previs-

to na Resolução CNJ nº 215/2015, que dispõe, no âmbito do Poder Judiciário, sobre o acesso à informação e a aplicação da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 – Lei de Acesso à Informação.

O Departamento de Gestão Estratégica, unidade do Conselho, coordena, sob a supervisão do Conselheiro-

-Ouvidor do CNJ, a coleta dos dados enviados pelos tribunais e conselhos para elaboração do Ranking da Transparência do Poder Judiciário, sendo que todos os órgãos do Poder Judiciário participam da avaliação.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA - Uma das medidas que garantiu a pontuação elevada do Poder Judiciário

do Maranhão foi a criação do Portal da Transparência, em dezembro de 2020. A página tem como objetivo disponibilizar aos cidadãos informações sobre as políticas, metas e resultados quanto à gestão orçamentária e financeira, quadro de pessoal e estrutura remuneratória do Judiciário maranhense.

Decisão sobre PEC dos Precatórios deve sair hoje

PÁGINA 2

ECONOMIA

Decisão sobre PEC dos Precatórios deve sair hoje



PEC É APOSTA DO GOVERNO PARA VIABILIZAR AUXÍLIO BRASIL

A promulgação da PEC dos Precatórios tem provocado um impasse no Congresso. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), defende que os pontos do texto que forem consenso entre a Casa e o Senado sejam desmembrados e promulgados, ainda neste mês. As demais partes, na avaliação dele, devem tramitar normalmente pelas comissões antes de irem ao plenário da Câmara. Uma decisão deve ser tomada nesta segunda-feira.

A proposta sofreu uma séria de alterações em relação ao texto aprovado pelos deputados, por isso, voltou para avaliação da Câmara. Um das mudanças deu um caráter permanente ao Auxílio Brasil, que tinha vigência apenas até dezembro de 2022, conforme previa a matéria avaliada pelos deputados. Além disso, vinculou todo o espaço fiscal aberto pela PEC ao pagamento do novo programa e das despesas da Seguridade Social — Saúde, Previdência Social e assistência social.

A PEC é a aposta do governo para viabilizar o Auxílio Brasil de R\$ 400, em substituição ao Bolsa Família. Segundo estimativas do Ministério da Economia, a proposta poderá abrir um espaço fiscal de R\$ 106 bilhões no Orçamento de 2022. Para isso, o texto muda o cálculo do teto de gastos e adia o pagamento de parte dos R\$ 89 bilhões que estão previstos para serem quitados no ano que vem na forma de precatórios.

Para o deputado Ivan Valente (PSol-SP), é uma manobra legislativa para tentarem utilizar os recursos rapidamente. “Querem liberar uma parte fiscal da PEC, que aos poucos foi crescendo e, agora, já são R\$ 106 bilhões. É uma manobra regimental heterodoxa, que não é legal”, criticou. O cientista político Cristiano Noronha, da Arko Advice, destacou que “os deputados estão numa situação bastante difícil, porque os senadores pressionam pelo respeito ao acordo que foi feito na Casa, de que a Câmara já teria analisado todas as mudanças feitas e, portanto, não haveria nenhum tipo de fatiamento